



Raquel Henriques da Silva
Professora - Universidade Nova de Lisboa

A propósito do plano estratégico para os museus do Ministério da Cultura

NA SEMANA EM QUE ESCREVO,

a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas apresentou, em Lisboa, no Museu de Arte Popular (MAP), algumas das linhas do plano estratégico para os museus. Começando pelos valores simbólicos, a escolha do sítio foi particularmente relevante: a ministra pretende que o MAP venha a ser um exemplo de novo modelo de gestão, articulando, julga-se, responsabilidades públicas com generosidades cívicas e interesses mais ou menos privados. Esta atitude marca, simbolicamente também, uma assumida ruptura com decisões dos seus antecessores e acena, coniventemente, aos muitos que então se opuseram à extinção de um museu que tem como missão estudar, preservar e valorizar as artes populares, de matriz antiquíssima, recriadas pelo romantismo nacionalista de finais do século XIX e que foram conseguindo sobreviver, quer às apropriações ideológicas do Estado Novo quer à produção da vida moderna. Tendo participado na contestação, estou feliz com estas decisões, confiante na energia da nova directora do Museu, Andreia Galvão, e disponível para participar no delineamento das soluções do futuro do MAP.

Confesso que não compreendo tão bem que a ministra tenha aproveitado uma situação auspiciosa para confirmar o insólito afastamento do director do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), Paulo Henriques, a oito meses da conclusão de um mandato que, creio eu, decorria com normalidade. Parece-me uma atitude tremendamente infeliz não pelas razões de ser (que desconheço em absoluto) mas pelo procedimento que foi deselegante e injusto para o director cessante e excessivamente comprometedor para o novo director, António Pimentel, a quem desejo as maiores felicidades. Se a Ministra prevê alterar as condições de

governação de alguns museus, não seria mais prudente iniciá-las antes de uma substituição como esta, proclamada na praça pública? A primeira seria alterar o regime concursal para o cargo de director dos museus do IMC, abrindo-o a quem não tem vínculo à função pública, requisito difícil de cumprir e que é desnecessário porque ser director não é nenhuma carreira. No caso do MNAA, perdeu-se uma excelente oportunidade de abrir concurso, que deveria ser internacional e no âmbito de novas condições de trabalho, quer sob o aspecto orçamental quer de meios humanos, quer de programa de trabalho. Para uma política que tem menos de quatro anos pela frente, os oito meses que restavam a Paulo Henriques, para concluir a sua direcção, não seriam tempo suficiente para iniciar tal reforma?

Em relação a outras questões abordadas, relevo, como a mais substantiva, o anúncio da mudança de tutela de alguns dos museus IMC que transitarão, total ou parcialmente, para as respectivas autarquias ou das delegações regionais de Cultura. Tenho a certeza de que a qualificada e empenhada equipa do IMC, liderada por João Brigola, irá encontrar os modelos e procedimentos adequados para a concretização desta decisão. O essencial é que os próprios museus nela participem, não só para não se sentirem minorizados mas porque têm um indispensável conhecimento do meio, das suas necessidades e problemáticas. Simultaneamente, será importante envolver outros museus e equipamentos culturais da cidade e da região, para que a solução encontrada contribua para fazer nascer redes de serviços e equipamentos culturais ou para as reforçarem, quando existam, mesmo que embrionariamente. Admitindo que o delineamento dos enquadramentos deva

concentrar-se, à partida, em museus de pequena dimensão e de colecções menos substantivas, será desejável que a reflexão se alargue a todos os museus, incluindo os que estão sedeados em Lisboa. De facto, neste caso concreto, a Câmara Municipal vai também iniciar uma reflexão sobre o futuro dos museus que tutela o que poderá criar condições para agregar outras tutelas (universidades, empresas, outros ministérios, como o da Defesa Nacional) num debate conjunto e aberto porque, como é evidente, para o visitante não é relevante saber a quem pertence um museu mas é certamente muito interessante que disponha de ingressos conjuntos e de actividades complementares.

A ministra abordou esta conveniência de alargar e densificar as práticas da rede portuguesa de museus (e, é neste âmbito, que faz sentido repensar tutelas e responsabilidades financeiras), quando se referiu à rede de equipamentos culturais Belém-Ajuda que irá ser elaborada com a participação da Câmara Municipal e outras instituições ali sedeadas.

No entanto, em relação a este tópico, receio que, de imediato, ele seja mero instrumento para iludir péssimas decisões herdadas do passado, em primeiro lugar a edificação do novo Museu dos Coches que é uma afronta para as dificuldades do sector. Não é uma prioridade, nem é um projecto museologicamente fundamentado, e, por isso, continuarei a afirmar que seria importante parar para pensar. Não deveria admitir-se que, a par da extensão do Museu dos Coches, o arquitecto poderia contemplar, para aquele espaço excepcional, outras necessidades: reservas conjuntas ou o agora designado Museu da Viagem que a ministra quer instalar no Mosteiro dos Jerónimos, depois da saída da Arqueologia? Se o anterior governo reviu, sem hesitação, decisões de décadas, sobre o lugar do novo aeroporto, será demais ponderar que faça o mesmo em relação a este apressadíssimo projecto que foi delineado por um Ministro da Economia sem participação inicial da Cultura?

Espero que o director do IMC não dispense, para aconselhar bem a ministra, os pareceres do ICOM nacional e internacional. As mesmas instâncias deveriam indicar um painel de peritos internacionais que aconselhassem o futuro de dois monumentos nacionais cujo futuro competirá ao MC decidir: o Mosteiro dos Jerónimos, que é Património da Humanidade, e a Cordoaria, que é uma das raras fábricas europeias setecentistas que mantêm importantes valores de autenticidade. Não penso que os estrangeiros, por o serem, pensem melhor que nós. Mas Portugal é pequeno e o meio dos museus uma espécie de bairro. Urge alargar o debate e os que nele participam. Que função mais nobre para uma ministra empenhada e para a competentíssima equipa do IMC.